

Ata 15/2014

Os vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se ordinariamente os prefeitos que compõem a Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC), para tratarem do disposto no edital de convocação nº 015/2014 de 20 de outubro de 2014, no auditório da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC), sito Rua Giacome Antonio Mazzuco, 31, bairro Cidade Alta, Araranguá - SC. O presidente da AMESC e prefeito de Morro Grande, Waldemar Herba, abriu a reunião agradecendo a presença dos prefeitos, secretários de saúde, vereadores e imprensa, e convidou Cleonice Lima Tribiuno, coordenadora da Comissão Intergestores Regional da Região de Saúde do Extremo Sul Catarinense e secretária de Saúde de Jurema para fazer parte da mesa. Presidente convidou o médico e coordenador de curso de medicina da UFSC - campus Araranguá Paulo Marcondes Machado Júnior para fazer uma explanação sobre a visita da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento de Escola de Medicina do Ministério da Educação que ocorrerá amanhã, sexta, dias 26 e 27 de outubro de 2014. Paulo disse que é um prazer estar na AMESC pela primeira vez, infelizmente não pode estar antes, mas outros funcionários do curso já estiveram anteriormente na Associação; que amanhã dois avaliadores do MEC irão visitar as instalações do Campus Araranguá da UFSC; que depois estes avaliadores irão fazer um relatório para o MEC para ser usado para autorização de funcionamento do curso; que é o único documento que falta para abrir o vestibular ou o processo de inscrição; que infelizmente foi perdido o prazo para o vestibular normal para a UFSC, mas estão trabalhando para que haja o ingresso dos estudantes no segundo semestre de 2018; que o planejamento da UFSC para iniciar o curso no segundo semestre de 2018 e este planejamento está mantido; que ainda não tem a forma de ingresso definido; que é muito importante que as lideranças mostrem a equipe de avaliadores do MEC no auditório da ACIVA sexta-feira, dia 27 de outubro, às 14 horas

com representantes da comunidade, poder público regional e Conselho Municipal de Saúde para mostrar a força da região a estes avaliadores. Paulo explica que o curso beneficiará todos os municípios do sul de Santa Catarina; que planejam no curso atividades onde os estudantes no quinto e sexto ano do curso, que é a época de internato, devem passar um grande tempo nos municípios vizinhos ao campus Araranguá da UFSC, trabalhando nas equipes de saúde dos municípios, que conhecemos como internato rural, que uma dupla de estudantes ficará oito meses no município, que conhecemos como internato rural, que uma dupla de estudantes ficará. Segundo Paulo, o Conselho Universitário da UFSC autoriza os alunos que cursaram os três anos do ensino médio em escolas públicas ou particulares da AMESC, AMBEC, e AMUBEL a receberem um bônus de vinte por cento na nota final do vestibular ou de ingressos para privilegiar quem é da região, e esta é uma política de inclusão para fixação de médicos nestas regiões. Prefeito Baldonir agradeceu a participação do coordenador Paulo e disse que não podemos perder a oportunidade de formar pessoas na região, pois temos poucas oportunidades, então é hora de abraçar esta causa. Presidente Baldonir passou a palavra a Cleonice, coordenadora do Cih para a apresentação da Lei nº 14.066/2017, que desfilou sobre a publicação na internet da lista de espera dos pacientes que aguardam por consultas, exames e intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Estado de SC. Cleonice explica que em janeiro iniciou-se a discussão no Estado a partir da Lei nº 14.066/2017, da publicização das filas dos SUS de todos os procedimentos, seja cirúrgico, ambulatorial, para que fossem regulados, por isso o Estado implantou o SISREG, que é um sistema web, criado para o gerenciamento de todo o complexo regulatório, através de módulos que permitem desde inscrição de oferta até a redistribuição, pela rede básica, de consultas, exames e procedimentos: em média e alta complexidade, bem como a regulação de leitos hospitalares, estruturando maior organização e controle do fluxo de atos

vas aos serviços de saúde, otimizando a utilização dos recursos atuais. Tenciais e visando a humanização no atendimento. O SISREG é uma ferramenta fornecida pelo Ministério de Saúde e Governo do Estado de São Paulo, de forma gratuita para auxiliar na regulação do acesso. Segundo ela, a preocupação dos secretários de Saúde é grande com o SISREG porque agora tudo vai ser regulado; que antes o CIS AMESC não era regulado e que a partir do dia 31 de outubro de 2017 deverá ser regulado no SISREG; que cada secretário está tentando regular o que, que não é fácil, e a reunião hoje é para fazer a discussão e pedir o apoio de todos os prefeitos, presidentes de Câmaras de Vereadores que não é uma ação do município e sim uma Lei Estadual, e o Ministério Público acompanha a implantação do SISREG desde janeiro.

Leonice passou a palavra a gerente regional de Saúde, Patrícia Paladini que apresentou todas as parcerias que estão em presentes. Patrícia fala sobre o processo de Transparência das filas de exames, e que a publicação das filas do SUS foi uma iniciativa dos secretários Municipais de Saúde de Santa Catarina reunidos há poucos anos na cidade de Itó, onde foi elaborada uma carta pedindo a divulgação das filas; que depois veio o Ministério Público e depois a Lei nº 17.066/2017 logo veio o Decreto nº 1.168 que regulamentou esta lei; que as capacitações em todo o Estado, na região da AMESC a capacitação foi em julho de dois mil e dezessete e depois os municípios tiveram um mês para entrar no SISREG; que os municípios não dão conta de PI aberto, além de cadastrar os procedimentos do SUS não ter que regular o do Consórcio de Saúde da AMESC; que as filas não vão acabar; o regulador pode passar na frente conforme a demanda e a prioridade; haverá uma fila única de todo procedimento, e Estado irá cuidar tudo.

Patrícia Paladini destacou que a lista dos pacientes que aguardam por consultas, exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de Saúde do Estado de Santa Catarina estará disponível a partir do dia 31 de outubro no sistema Kalarserve, desenvolvido pelo Governo do Estado por meio da Gerência de Estado de Saúde, disponível para consultar com CPF e Cartão Nacional de Saúde. Segundo a gerente

mais regional de saúde, todo cidadão poderá acompanhar em que posição
 na fila encontra-se para o atendimento médico de que necessita
 e que garante seu direito à informação e à saúde, além de evitar
 as fraudes dos chamados "fura-fila" nos serviços do SUS. O
 programa também permite que as informações divulgadas pelo
 poder público sejam usadas para planejar melhor as contratações
 na área de saúde. A secretária de Saúde de Araramanguá, Eulym
 Dias, questionou Patrícia Paldini que na sua fala diz que o município
 de Araramanguá deve regular os serviços que estão no território dele,
 inclusive o CISAMESC, e porque o Hospital Regional de Araramanguá
 que está no território de Araramanguá é regulado pelo Estado, e
 o Estado não autoriza que Araramanguá regule? Perguntando Eulym, a
 CIP pediu quantas consultas, quantos procedimentos são colocados
 à disposição do Estado, e o Estado não autoriza repassar, em
 tão é necessário repassar, porque se é para regular, então
 que seja regulado tudo, até o Hospital Regional de Araramanguá, e
 questiona porque o HMA é uma única federação que ninguém
 tem acesso. Patrícia diz que já trabalhou com a lógica da
 regulação de Araramanguá regular tudo que o HMA está fazendo
 o nível ambulatorial, e que quando isto acontecia funcionava
 muito bem, e os municípios paravam de ter problemas de falta de
 oferta, de pacientes não serem atendidos, mas infelizmente foi retirado
 isto do município de Araramanguá, voltou a funcionar no Estado e
 temos grandes problemas, então vale voltar a conversar com a sua
 premissura. Presidente Paldini diz que sente que os municípios
 estão vindo cada vez mais para o fundo do poço, os prefeitos estão
 investindo recursos próprios e agora o Estado quer regular os
 serviços que são prestados pelos municípios com recursos próprios
 Perguntando ele, Morro Grande investe mais de R\$ 100.000,00 na saúde
 porque o Estado e a União não compram a totalidade do seu papel
 que o HMA não está atendendo mais nada, então o Estado deve
 regular os serviços dele. O diretor de Saúde da Prefeitura de Morro
 Thiago Capetti diz que vai diminuir os processos judiciais, mas

a regulamentação vai regular o que é urgência e emergência. Prefeito de
mo, Aldair Ladorim, disse que tudo vai recair sobre Araranguá,
porque é o regulador, e isto vai virar um grande problema
para Araranguá, então temos que buscar uma solução em cada
município para a sua regulamentação, ou o consórcio está ali para
resolver os problemas dos municípios, então faz através do consórcio
que resolve e tira para este problema dos municípios e de Araranguá.
A coordenadora do COSEM/SC, Neoclair Barros, falou que a
promotora de justiça, Caroline Zonta, disse que tudo que é investido
de uma saúde é recursos SUS, então por isto deve ser regulado.
Segundo Neoclair, todos os serviços prestados na saúde deverão ser
regulados, que vai demorar um pouco, mas os municípios não
vão adequar, que em virtude estão sendo feitas audiências públicas
para falar sobre a lei e a regulamentação das filias. O prefeito de Criciúma
Aldair Ladorim, solicitou que o assunto seja abordado pela Comissão
de Saúde em todos os municípios da AMESC, em reuniões das Câmaras
de Vereadores, com objetivo de informar sobre a nova lei e esclarecer
dúvidas da população da Região. Vereadora do Bal. Arroio do Sal, Iza
Gleyce Copetti, comentou que não tem volta a Lei 14.066/2017, que
atua como enfermeira da atenção básica há nove anos e vai ajudar
a multiplicar no legislativo, e a sugestão é que cada vereador presente
nesta reunião ajude a multiplicar, e os prefeitos reúnam os secretários
porque está batido o martelo; que ela entende a indignação com esta lei
pois vai dar impacto nos municípios, e é hora de unir as forças, que
não vai poder escolher mais, e é hora de ver a melhor saída. O presidente
da Câmara de Vereadores de São João del-Rei, Sérgio Luiz dos Santos,
comentou que numa lei de cima e vai tudo em cima dos prefeitos, e que
a promotora não veio conhecer a realidade. Patrícia Paladini informou que
a lei foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de SC.
Prefeito de Araranguá, Marcelo Mazzuco disse que o Prefeito Baldinor tem
toda a razão quando dá a sua opinião das dificuldades que tem o prefeito
a secretária de saúde para resolver as questões do município; que o Hospital
Cengelina Caron, em Curitiba, é uma máquina de fazer cirurgias cardíacas

e pelo SUS, e quer entender como já funciona tão bem, a que hora será
 que a gestão dos recursos do SUS está sendo bem-feita, ou se
 o que tem para funcionar tão bem. Sei informado que o Hospital
 Angélica Karim, em Curitiba, é um hospital federal, nos mesmos moldes
 do Hospital Sara Kulitschek, que recebe recursos do Ministério da Saú-
 de e da Educação e do Esporte. Evelyn diz que o SISREG foi implantado
 tanto em 2009 em Araranguá e tiveram problemas sérios de enfrentamento
 que os fluxos do município estão publicados e regulados desde 2009
 e o Ministério Público hoje nos manda mais cumprir consulta,
 o MP pergunta qual a posição do paciente na fila, e empresas e im-
 pios do MP e está nos tem determinado mais nada de cumprimento
 que não seja o cumprimento de qual fila, um sistema cirurgias car-
 diacas. Evelyn diz que a grande preocupação é saber qual realmente
 se vai a função do CIS AMESC, porque vai ser apenas um
 meio pagador. Araranguá nos vai entrar nesta; que hoje Araranguá tem
 várias pessoas trabalhando na regulação para o município de Araranguá,
 e foi feito do momento público de epidemiologia; que o Estado impusera pa-
 ra Araranguá, transplante de coração, e pegou de volta sem sem te-
 r quatro horas porque nós é nossa função isto; que a equipe
 de regulação de Araranguá não vai garantir a regulação do
 CIS AMESC, e isto já foi passado ao presidente do Consórcio, que
 é o prefeito Aldair e desta reunião deve sair uma posição; que vai
 o CIS AMESC por um meio pagador, Araranguá nos vai participar
 em Consórcio regula, e cadastramento e habilitação como um prestador
 de serviços do SUS, ou o município de Araranguá nos vai usar nada
 de fictício como o Estado está vai propendo; que tem cobrado todos os
 dias do setor de planejamento do Estado e este coisa não vale; que vai
 Araranguá tem que regular para os quinze municípios, também tem que
 regular o HHA. Evelyn também diz que na última sexta-feira a
 Cith esteve no MP/SC e denunciaram o HHA; que a promotora de justiça
 coletou muito dados e descontentamento do MP com o HHA e a postura
 do Estado com relação ao HHA; que denunciaram que é feito não x
 e não é emitido o laudo, e isto é ruim porque entregam a produção para

o Estado, mas o paciente não recebe e perdemos o retorno nas consultas e cirurgias. O presidente da Câmara de Vereadores de Maracaju, Delnei Pardo, diz que concorda com a fala do presidente Edsonir, e é necessário fazer reivindicação quanto a esta lei, sabendo de seu papel de vereador é fiscalizar, aprovar leis, mas dar remédios, vacinas e consultas que agora não está aqui, e antes o congelamento dos repasses do SUS que ficará parado por 20 anos. Prefeito de Meluro, Edet Matos, diz que Hospital Angelina Larson funciona porque tem gestão, e cirurgias porque tem trabalho, e questiona porque o Hospital Angelina Larson funciona e o HHA não funciona, e já sugeriu que o HHA copie o modelo do Hospital Angelina Larson; que os deputados agora têm que vir e copiar porque aprovaram esta lei para as comunidades, e esta é uma regra imposta e não podemos mais voltar atrás. O diretor do CISA-MESC, Ricardo Guelere, diz que o Estado percebeu que os municípios resolviam os seus problemas de saúde pelo Conselho de Saúde, e que a fala do SUS continuava parada, e decidiu que os recursos que os municípios estavam gastando para resolver os problemas dos municípios que seja usado na fala do Governo, porque vamos ele vai resolver a fala dele: que esta lei não vai beneficiar a Secretaria de Estado de Saúde, pois com o dinheiro dos municípios não limpa a fala que o Governo foi incapaz de resolver, que a indignação do presidente Edsonir procede, que ele tem toda a razão, e que se não tivesse fala do SUS esta lei não teria problema nenhum. Guelere sugere que os municípios usem os deputados e as emendas deles para limpar a fala do SUS, e assim não vamos mais falar do problema desta legislação, e vamos trabalhar com a fala zerada. Perguntado ele, com relação às urgências, se fosse realmente urgência e tiver que pedir a regularização o médico verificar se realmente é urgência, a pessoa não morrer esperando porque urgência tem sinalizar para o hospital. Prefeito de Brejo Grande, Henrique Marcel, fala que falta comunicação com a comunidade, sugere usar a imprensa para levar esta informação de saúde à população porque senão eles não vão entender; que os deputados aprovaram esta lei e agora devemos cobrar deles. Prefeito Marinho diz que as filas não mostram o problema que é a saúde, que a constituição de

1988 diz que a saúde é direito de todos e dever do estado, e se passa
 mais vinte e nove anos e o problema vai piorar e piorar de
 jeito, porque não tem financiamento da saúde que dá sustentação; que
 somente o município de Araraquã investe R\$ 20.000.000,00 por ano
 na saúde, o HMA recebe mais de R\$ 40.000.000,00 por ano, mais
 o que vem de remédios do governo Federal e do Governo do Estado
 então caberia aproximadamente R\$ 67.000.000,00 por ano só no
 município de Araraquã; R\$ 1.000,00 por capita, ou seja um plano
 de saúde de R\$ 80,00 por mês, e a saúde não está resolvida;
 que nas próximas eleições tem que fazer debates para mudanças
 deste país, mudanças estruturais; que o presidente Beldionir colocou
 muito bem as várias palavras, investiu a indignação dos prefeitos,
 das dificuldades que não conseguimos resolver as demandas dos
 nossos municípios e isto nos deixa numa situação complicada;
 que deve ter resolução rápida e que o povo faça a pauta, vá para a
 rua exigir mudanças, se não vamos viver nessa vida de fila. O presiden-
 te Beldionir falou que o MP diz que a Lei deve ser cumprida e questiona
 porque todos os municípios devem cumprir a Lei; que a Lei tem para o
 Brasil e eles não cumprem, que é fácil falar nos pequenos; que a
 Lei é para todos e que o MP cobra de todos, não só de prefeitos; que hoje tem
 um contrato de R\$ 3.923.000,00 por mês para a Associação Paulista para
 o desenvolvimento da medicina administrativa o HMA, e hoje grande parte dos atendimen-
 tos do HMA está parado, porque a ANOM quer reajuste de R\$ 80.000,00, que
 a Unose administrava o HMA até pouco tempo com R\$ 1.200.000,00.
 que o HMA falta gestão e a prestação de contas não é feita, para a socie-
 dade, falta transparência. Presidente também pediu que o Conselho Jurídico
 do AMESC, Lucio Comandante, analise esta Lei urgentemente e maninche
 para os municípios. O presidente da Câmara de Vereadores de Araraquã
 Manoel Duarte disse que recebe no legislativo regularmente ofícios do
 Ministério Público e que já recebeu visita do representante do MP para dizer
 como deve ser aprovadas as Leis; que a Lei é muito boa porque ela
 regula um problema que não funciona, que é a fila do Estado; que em
 1988 havia lugares da Citam que vai ter reunião em 10 de outubro sobre

prestação de contas do HMA e sempre tem que achar onde vai ser esta reunião, porque ninguém sabe como é esta prestação de contas do HMA que fez uma reunião com o secretário de Estado da Saúde, Ricardo Moraes e prefeito Mariano acompanhando, e eles disseram que o HMA funciona perfeitamente; que tentou argumentar com o secretário e que ele foi culpado de saber; e ninguém quer ser estatístico, mas o Estado tem que funcionar. Prefeito Baldaner colocou um discurso como será feita a regularização dos serviços que são prestados pela Cis AMESC. Presidente diz que até dia 31 de outubro de 2017 os municípios têm que decidir quem vai regular, ou seja, o município ou município cada um dos serviços. Evelyn diz que os municípios devem regular os seus serviços, porque isto não vai contribuir mais gastos para ninguém. Depois de ampla discussão, foi decidido por unanimidade que cada município irá regular a sua fila. Prefeito Mariano afirma que o MP deve deixar todos a vender pelo preço do SUS os serviços médicos, exames, e que tudo de mais vai ser regido pelo preço SUS, vamos não vale a fila, porque a fila do SUS Mariano também questiona se o MP vai entrar na lei para que os municípios consigam comprar os serviços pelo preço SUS? Que vai os prestadores privados usam o preço SUS não ter a fila. Secretária Evelyn diz que tem que com a questão mais o HMA para que os problemas da maioria dos municípios sejam resolvidos ali. Presidente Baldaner informa que a gerente regional de saúde que na AMESC foi definido que cada município irá fazer sua própria regularização, e Cis irá emitir um ofício a respeito, assim como esta decisão.

○ Assuntos gerais: Presidente Baldaner diz que na última terça-feira participou da reunião na SEI sobre a parcerias da Terra de Jacaral, e o secretário de Saúde Gerardo Cardoso afirmou que os recursos da obra de Jacaral foram destinados para outra obra. Então, ele agendou reunião na SEI, e me chamou para os 15 prefeitos dia 8 de novembro de 2017. Colocada em discussão os prefeitos concordaram em lotar um ônibus e ir nesta audiência em Florianópolis na Secretaria de Infraestrutura e no HMA, e também foi definido que os presidentes das Câmaras de Vereadores e os secretários de Saúde também irão a Florianópolis neste mesmo dia, para participar reunião na Secretaria de Estado da Saúde para tratar no HMA. Prefeito Baldaner que falou da um portão da Terra de Jacaral, e que o Gerardo

Estados não tem obra no extremo sul noroeste. Prefeito Coler convidou os prefeitos e os demais presentes para a inauguração de uma via de asfalto que será realizada dia 27 de outubro de 2017, às 17 horas, no bairro Zona Grande. Prefeito de SRS, Nelson Cardoso, mostra a fragilidade política, os deputados pediram voto para o promotor de justiça porque é ele que está mandando, e convidou os prefeitos e a todos os presentes para a Pelicliana - Festa do Pelicliho e da Bonama, que será realizada de 14 a 19 de novembro de 2017, no parque municipal de SRS, e para a assembleia ordinária dos prefeitos da AMESC que será realizada dia 14 de novembro, às 17 horas. Prefeito Tablonir encerrou a reunião e agradeceu a presença de todos. Nada mais foi declarado, ou, alterado, segundo o secretário, houve a presença de quatro dos membros da diretoria, devidamente assessorada. Aracaju, SE, vinte e cinco de setembro de dois mil e dezessete.

Marcos Alferrini (Ass. ...)
Tablonir (Pref. ...)
Alfonso (Ass. ...)
Alfonso (Ass. ...)

ATA 16/2017

Os quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às dezessete horas, no Parque de Eventos Municipal, sito a Avenida Santa Catarina, s/nº Vila Sunitas, Santa Rosa do Sul - SC, tendo a seguinte ordem do dia: A) Movimento Econômico ano base 2016, índice para 2018 e B) Assuntos Gerais. O presidente da AMESC e prefeito de Nova Grande, Tablonir Rocha, abriu a reunião com agradecimento a recepção do prefeito de Santa Rosa do Sul, Nelson Cardoso de Oliveira, e a primeira-dama Cleusa Thayer de Oliveira, o vice-prefeito Helmo Emerim e sua esposa Maria Conceição da Rosa Emerim, e parabenizou pela estrutura do Parque de Eventos Municipal que está sendo inaugurada nesta semana com a 7ª Pelicliana - Festa do Pelicliho e da Bonama que inicia hoje e encerra domingo, dia 19 de novembro.